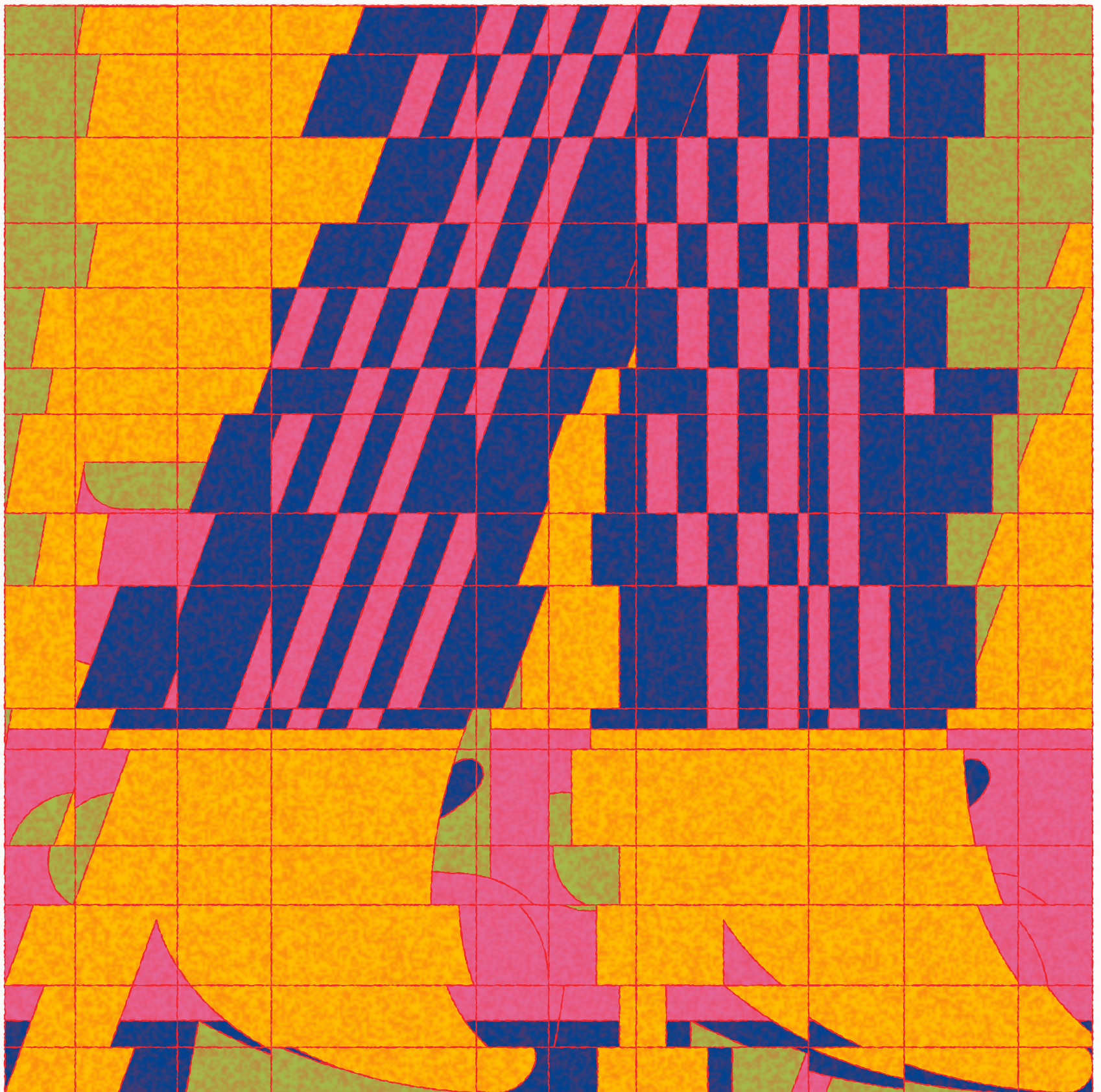


ALICE SALGADO OLIVEIRA

# Identidades Diversas: Saúde **LG****T****B****Q****I****A****P****N****+**



ALICE SALGADO OLIVEIRA

# Identidades Diversas: Saúde LGBTQIAPN+



Brasília/ DF  
2026

## EXPEDIENTE

edUNITAU - Editora da Universidade de Taubaté

### Presidente

| Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa

### Conselho Editorial

| Assessor de Difusão Cultural: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

| Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas: Shirlei de Moura Righeti

| Representante da Pró-reitoria de Graduação: Profa. Dra. Emari Andrade

| Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: Profa. Dra. Monica Franchi Carniello

| Área de Biociências: Profa. Dra. Eliane Stevanato

| Área de Exatas: Profa. Dra. Kátia Celina da Silva Richetto

| Área de Humanas: Prof. Dr. Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso

### Consultoria Ad hoc (link equipe consultores) ↩

| Representante: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira (Universidade de Taubaté)

### Equipe Técnica

| Coordenador de Produção Editorial: Alessandro Squarcini

| Grupo de Estudos em Língua Portuguesa – GELP

| Sistema Integrado de Bibliotecas - SiBI

### Avaliação, parecer e revisão por pares

| Esta obra foi avaliada por pares e indicada para publicação

### Projeto Gráfico

| Capa e diagramação: Alice Salgado Oliveira

| Finalização: Rafael Campos de Jesus - NDG/UNITAU

| Impressão: Eletrônica - PDF

#### **Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI**

Oliveira, Alice Salgado  
O482i Identidades diversas : saúde LGBTQIAPN+ [recurso eletrônico] /  
Francisco Estefogo. – Taubaté : EdUnitau, 2026.  
1 recurso on-line (48 p.).

Formato: PDF  
Requisitos do sistema: Adobe  
Modo de acesso: world wide web

ISBN: 978-85-9561-219-8 (on-line)

1. Saúde LGBT. 2. Equidade em saúde. 3. Direitos humanos. I.  
Título.

CDD – 362.10866

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ana Beatriz Ramos – CRB-8/6318

*Índice para Catálogo sistemático*

Saúde LGBT – 362.10866

Equidade em saúde – 362.10425

Direitos humanos – 341.48

### Copyright © by Editora da UNITAU, 2026

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

# É no cuidado e no apoio mútuo que **florescemos**.

Essa cartilha parte de uma indagação que tive no meu processo de residência em saúde enquanto psicóloga e pessoa LGBTQIAPN+. Pensei e almejei encontrar materiais parecidos como esse em minha formação.

Para além de materiais, o que busquei verdadeiramente foi encontrar reflexões e práticas comprometidas com o aprimoramento da saúde brasileira que partissem de uma perspectiva ancorada no reconhecimento das violências estruturantes.

Este material, portanto, emerge de um desejo: o desejo de uma saúde ampla, que considere os marcadores sociais e **confronte as lógicas machistas, racistas e homotransfóbicas que atravessam a produção do cuidado**.

Convido todas, todos e todes a se inquietarem e a questionarem junto comigo, por meio desta obra, para que possamos coletivamente florescer.

## **Autoria:**

Alice Salgado Oliveira, formada em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), atualmente, ingressou no Programa de Residência na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) em 2025.

## **Revisão:**

Guilherme Dutra Bisinotto, estudante de psicologia na Universidade de Brasília (UnB).

# SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u> .....	06
<u>IDENTIDADE DE GÊNERO</u> .....	08
<u>ORIENTAÇÃO SEXUAL</u> .....	15
<u>PNSILGBT</u> .....	20
<u>SAÚDE INTERSECCIONAL</u> .....	26
<u>BOAS PRÁTICAS EM SAÚDE</u> .....	32
<u>INDICAÇÕES</u> .....	37
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....	43
<u>REFERÊNCIAS</u> .....	45



# Introdução

Como afirmado pela Organização Mundial de Saúde (Lobato, 2017), questões advindas da sexualidade impactam fortemente o bem-estar físico, mental e social do indivíduo, sendo necessárias políticas, projetos e direitos que promovam e protejam a identidade e a orientação sexual de todas as pessoas.

**A sexualidade abarca não somente o ato sexual, mas também relações sociais, políticas e culturais.**

Assim, se torna possível pensar na sexualidade de tal maneira que englobe não só a orientação sexual, mas também o gênero, a raça e outros marcadores sociais.

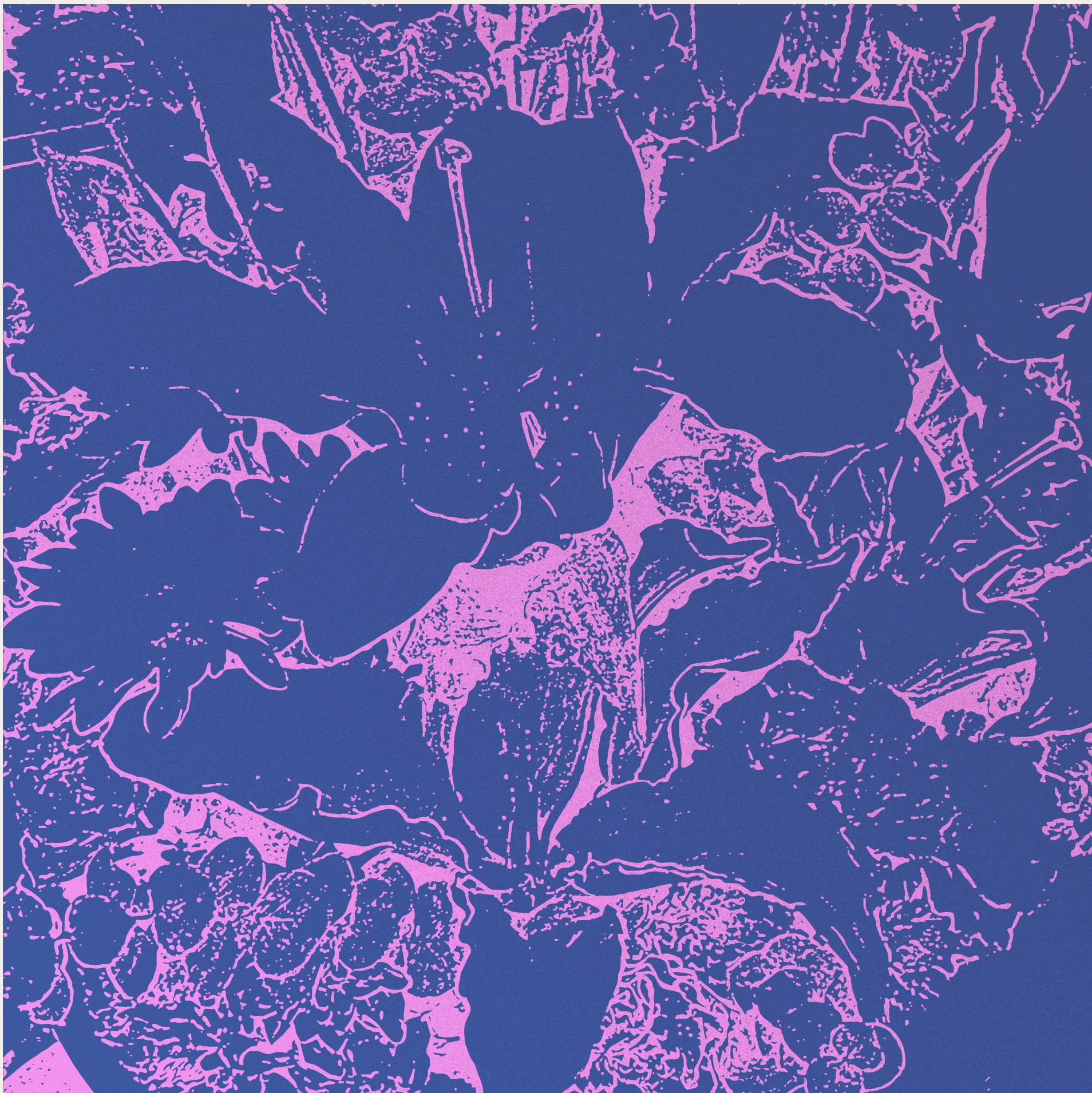
O estudo realizado por Sousa e Iriart (2018) demonstra que a população trans masculina enfrenta diversas barreiras no acesso à saúde, seja por patologização dos seus corpos, seja por desinformação/ignorância dos profissionais de saúde.

Em conformidade com o estudo destacado anteriormente, Bueno *et al.* (2020) revela que a população LGBTQIAPN+ ainda enfrenta inúmeras barreiras no acesso aos serviços de saúde no Brasil, sobretudo relacionadas ao preconceito, à desinformação e à falta de preparo dos profissionais.

Assim, estudos recentes, como os mencionados anteriormente, refletem o distanciamento entre a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) e sua efetivação nos serviços, evidenciando que a política, apesar de avançada em seu texto normativo, ainda não alcança plenamente sua finalidade no cotidiano das práticas de saúde (Brasil, 2011).

Desse modo, **a fim de realizar promoção em saúde e educação**, irei discutir na presente cartilha os entraves e potências da saúde de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexos, assexuais, pansexuais, entre outros. Espero que por meio de tal documento possamos pensar e repensar nossas condutas enquanto profissionais de saúde. Uma saúde que não se atenta às questões sociais/políticas, que produzem e reproduzem violência contra corpos específicos e age diante disso, não é uma saúde garantida para todos, todas e todes.

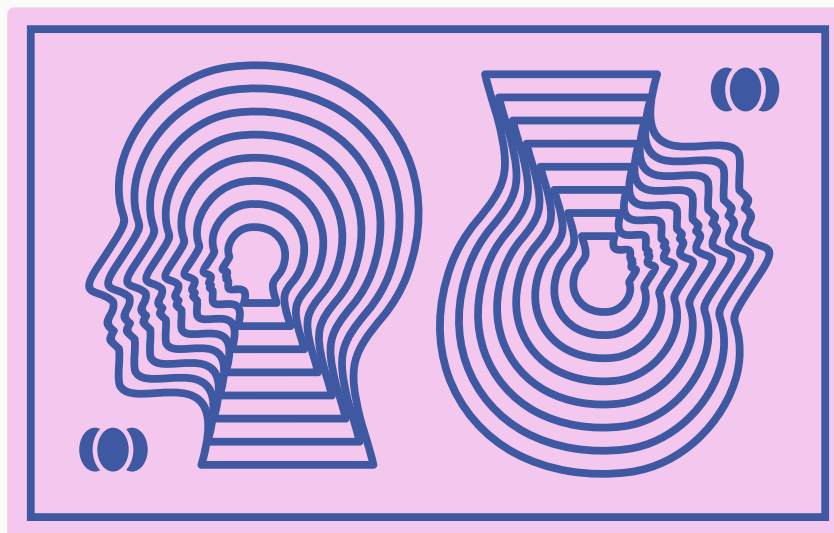
<sup>1</sup> A sigla LGBTQIAPN+ refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias. O sinal de “+” inclui outras identidades e orientações que não estão explicitamente representadas na sigla, reconhecendo a diversidade das vivências e expressões de gênero e sexualidade.



# Identidade de Gênero

# O que é Identidade de Gênero?

A identidade de gênero refere-se às categorias mulher, homem, não-binário, travesti, entre outras. Essas categorias **dizem sobre vivências sociais e individuais**, para as quais somos direcionados ao nascer (ex: pessoa do sexo feminino é designado para ocupar o espaço da mulheridade). Entretanto, nem todos carregam essas designações ao longo da vida (ex: uma pessoa do sexo feminino se entende na identidade de gênero “homem”).



Temos, até então, dois subgrupos relativos ao gênero: **cisgênero e transgênero**. O primeiro, refere-se a pessoas que, ao nascerem, foram designadas a um gênero e ao longo do seu desenvolvimento continuaram assumindo esse espaço. O segundo, refere-se a pessoas que não assumem o gênero que lhe foi designado ao nascer, assumindo um outro gênero em seu processo de desenvolvimento.

# Sexo x Identidade de Gênero

O sexo é comumente relacionado como o fator principal para a construção da categoria gênero. Logo, nessa visão, sexo feminino e masculino preconizam se uma pessoa é homem ou mulher. Entretanto, nossos corpos são definidos também por questões históricas, sociais e políticas. **Características que acreditamos ser “naturais” em pessoas devido ao seu sexo podem não corresponder à realidade.** Por exemplo, muitas pessoas acreditam que a maternidade é algo natural e geneticamente determinado, mas isso é um equívoco. Como apontam Silva, Sousa e Feijóo (2022), o cuidado materno é frequentemente naturalizado, como se fosse inato, quando na verdade é construído social e culturalmente.

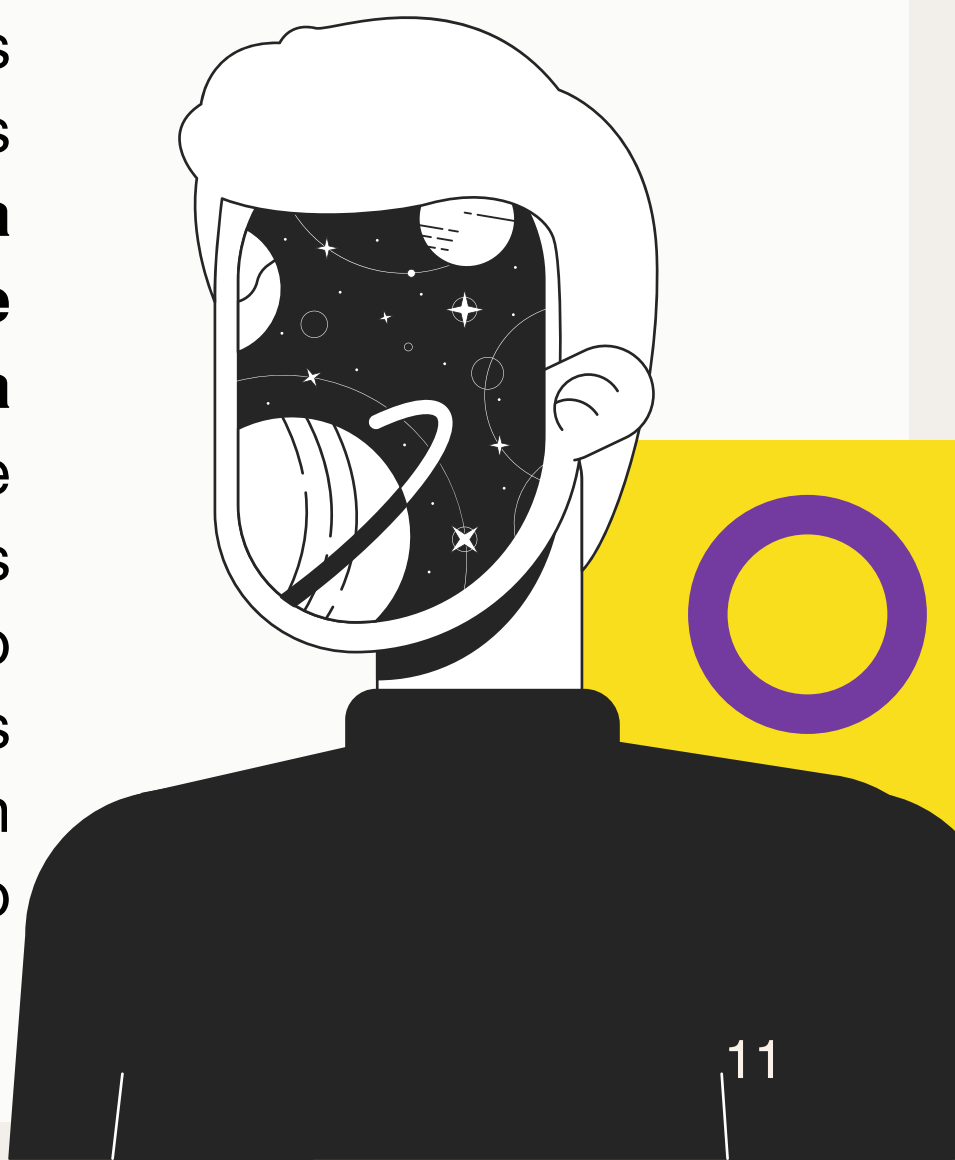


Sexo é um conjunto de características biológicas. Essas características não são isoladas. Ao contrário do que muitos pensam, sexo não é uma categoria fixa, pois pode ser marcado por fluidez e variações ao longo do tempo e das experiências.

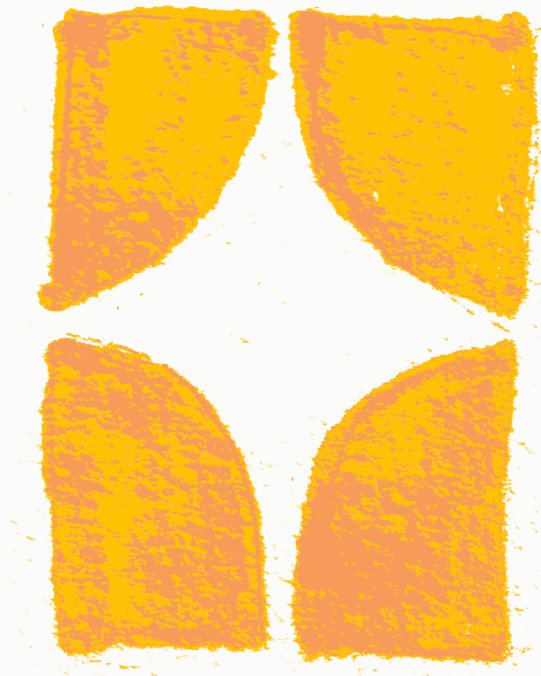
# Intersexo: Um sexo ou um gênero?

Intersexo, antigamente conhecido como “hemafrodita”, refere-se a pessoas que nascem com variações corporais, como na genitália, gônadas ou cromossomos, e que **não se encaixam nas classificações tradicionais de sexo masculino ou feminino**. Ao longo da história, essas variações foram medicalizadas e tratadas como desvios, muitas vezes com intervenções cirúrgicas precoces e sem consentimento, baseadas na tentativa de enquadrar os corpos às normas binárias de sexo/gênero.

No entanto, movimentos sociais e pesquisas críticas vêm questionando essas práticas, **propondo uma compreensão da identidade intersexual como parte da diversidade humana** e destacando que os significados atribuídos ao termo são históricos, culturais e políticos, estando assim em constante transformação (Vieira *et al.*, 2021).



# Quais Identidades de Gênero existem?



Resumindo, então:

- **Cis:** Pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo/gênero que lhe foi atribuído ao nascer.
- **Trans:** Pessoa cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo/gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

Dentro desses dois grupos, podemos incluir algumas identidades:

**Cis:** Homens e mulheres (ex: uma pessoa do sexo masculino que se identifica com a categoria “homem” é cis, pois sua identidade corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer).

**Trans:** Homens, mulheres, travestis, não-binários (ex: uma pessoa do sexo masculino que identifica com a categoria “mulher” é uma pessoa trans, pois sua identidade não corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer).

A definição que farei aqui é puramente para melhorar o entendimento daqueles que não conhecem algumas identidades. Digo isso, pois **cada um irá experienciar o gênero de uma forma singular**, sendo praticamente impossível defini-lo em apenas duas linhas. Tomando isso como base, temos a seguir:

**Homem cisgênero:** pessoa que se identifica como homem e teve esse gênero atribuído ao nascer.

**Mulher cisgênero:** pessoa que se identifica como mulher e teve esse gênero atribuído ao nascer.

**Mulher trans/Travesti:** pessoa que foi designada homem ao nascer, mas se identifica como mulher ou no espectro da feminilidade.

**Homem trans:** pessoa designada mulher ao nascer, mas que se identifica como homem.

**Pessoa não-binária:** pessoa cuja identidade de gênero não se enquadra completamente como homem ou mulher. Pode ser fluida, múltipla, neutra etc.

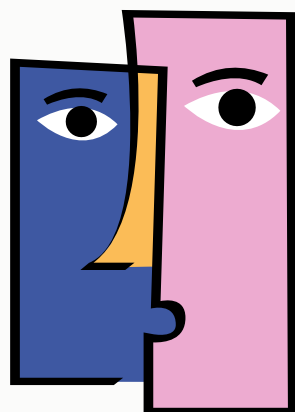
Ainda que surjam dúvidas quanto às identidades, a melhor forma de entender é **escutando como o sujeito entende e denomina** sua própria identidade de gênero e a respeitando.



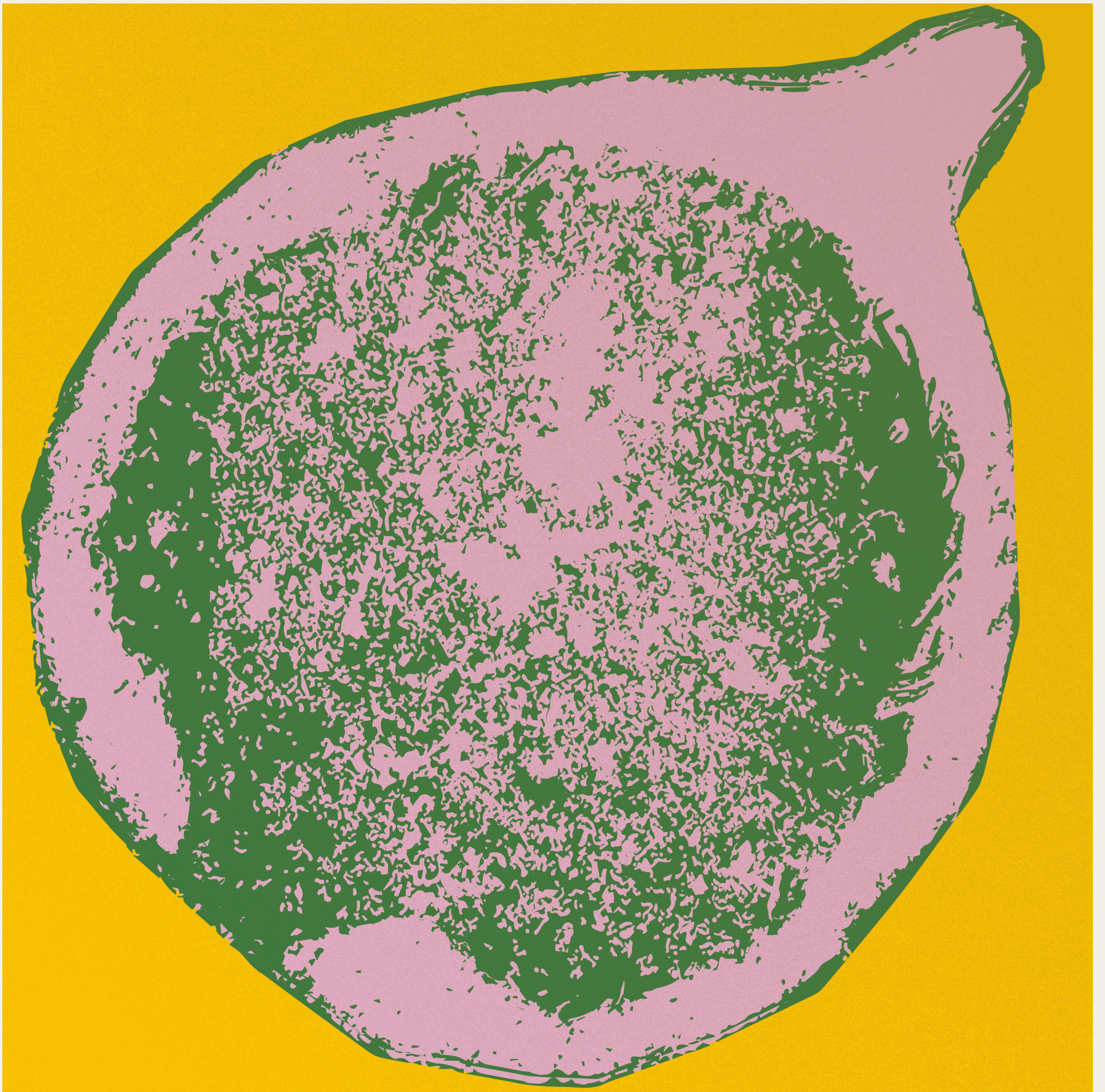
# Identidade de Gênero e Cultura

A partir das reflexões anteriores, podemos dar ênfase à famosa frase de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1949, p. 267). Diante de tal pensamento, é possível expandir o entendimento de gênero para algo não delimitado ao campo biológico, mas que está constantemente interagindo com a cultura, política e história.

Desse modo, precisamos **reconhecer e questionar o que entendemos enquanto gênero e sexo** e como esses entendimentos impactam a forma que concebemos os outros. Assim, faz-se importante refletir sobre as seguintes ideias:



“A inscrição dos gêneros - feminino ou masculino - nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura [...] As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (Louro, 2018, p.12).



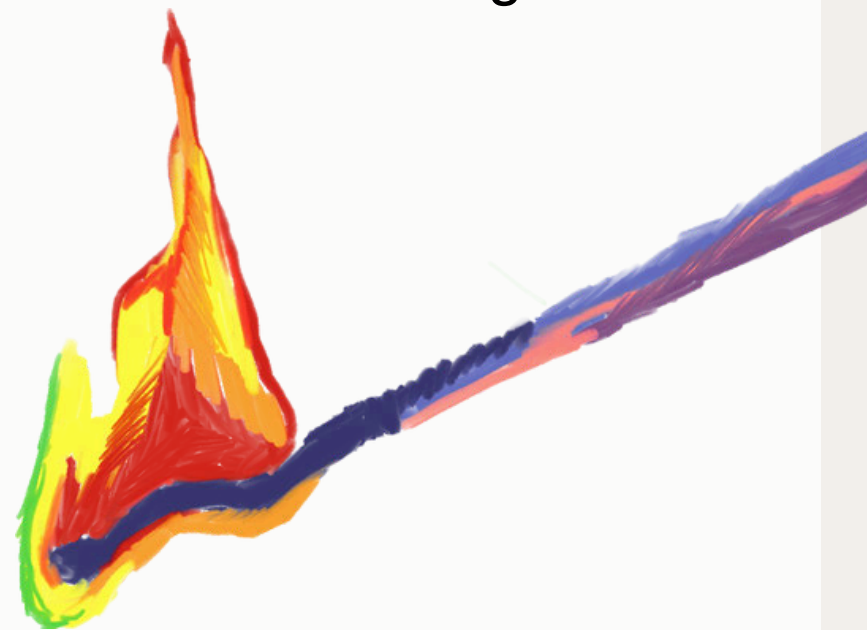
**Orientação**

**Sexual**

# o que é Orientação Sexual?

Agora que conseguimos diferenciar sexo biológico de identidade de gênero, podemos pensar sobre Orientação Sexual. Gosto de defini-la da seguinte forma:

A orientação sexual diz respeito à **atração sexual/romântica**.



A identidade sexual é um universo. Nela, somos interpelados não somente pelos fatores biológicos, mas também culturais, políticos, históricos etc. A sexualidade, como analisa Foucault (2014), constitui um dispositivo histórico. Nesse sentido, podemos pensar nessa atração de forma complexa.



Não se esqueça de que a sexualidade é uma vivência também subjetiva, logo, **os nomes dados a elas podem não ser suficientes** para contemplar como cada um vive sua sexualidade.

# Algumas Orientações Afetivas-Sexuais:



## **Gay ou Homossexual:**

Homens cis ou trans que se atraem por homens.



## **Lésbica ou Homossexual:**

Mulheres cis ou trans que se atraem por mulheres.



## **Bissexual:**

Pessoas que se atraem por pessoas de todos os Gêneros.



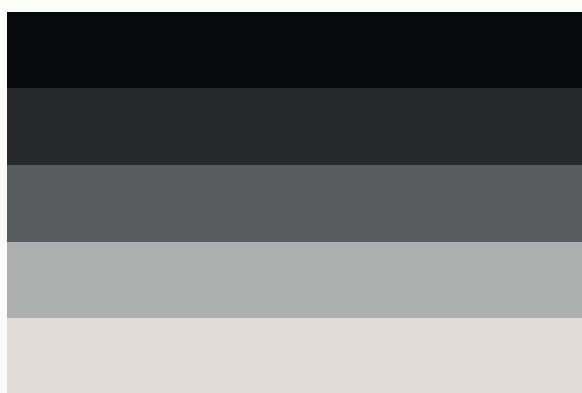
## **Pansexual:**

Pessoas que se atraem por pessoas de todos os Gêneros.



### **Assexual:**

Pessoas que sentem pouca ou nenhuma atração sexual.



### **Hétero:**

Pessoas que se atraem exclusivamente por pessoas de gênero diferente do próprio.

Essas são algumas das sexualidades que podemos expressar ao longo da vida. Entretanto, assim como foi discutido sobre a identidade de gênero, **essas nomenclaturas podem mudar ou até mesmo podem surgir novas** para contemplar vivências já existentes.

Por exemplo, a bissexualidade e a pansexualidade, ainda que carreguem significados parecidos, cunham suas diferenças na história. Essas diferenças serão demonstradas pela própria população às quais elas correspondem. Ainda existem discussões sobre suas semelhanças e divergências.

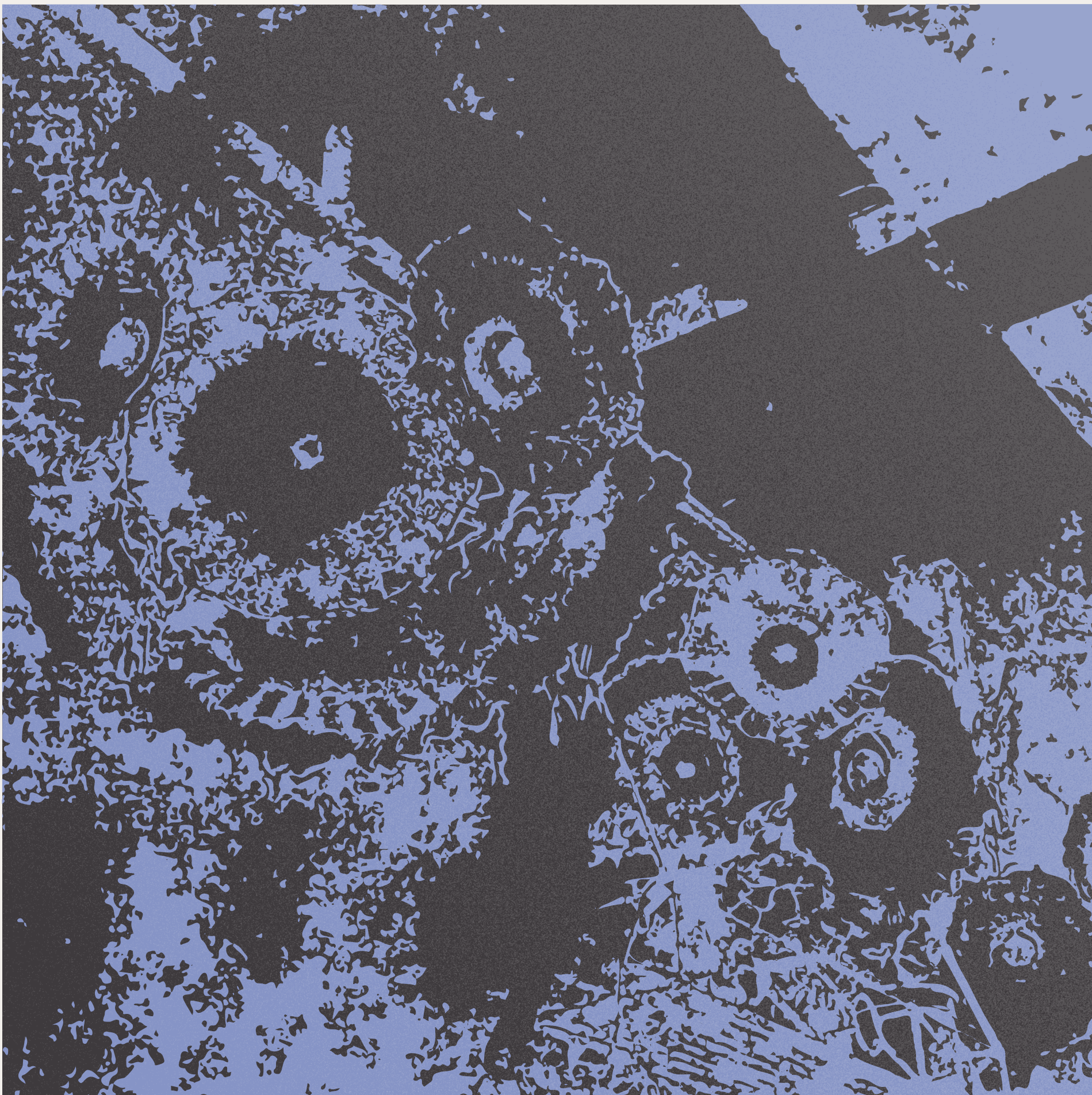
A Orientação sexual deve ser considerada no contexto da saúde, seja no sentido de promoção, prevenção ou tratamento. Essa reflexão deve se aguçar quando estamos falando de corpos colocados à margem social, ou seja, em posição de vulnerabilidade. **Desmoralizam-se corpos lésbicos, gays, bissexuais e trans, ao mesmo tempo que se reforça e potencializa um ideal cisheteronormativo.**



“O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (Foucault, 2020, p. 116).

Somente em 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a proibição de doação de sangue de homens que se relacionam sexualmente com outros homens (Brasil, 2020). Paralelo a isso, a transexualidade deixou de ser considerada doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apenas em 2019 (OMS, 2019). Portanto, apesar dos avanços e barreiras legais, esses instrumentos não bastam sozinhos, é necessário articular mudanças nas práticas cotidianas, trazendo mudanças de estruturas e perspectivas.

- cisheteronormativo: o conjunto de normas sociais que pressupõem que todas as pessoas são cisgênero e heterossexuais, tratando essas identidades como um padrão e desejáveis. 19



# PNSILGBT

**Política Nacional de Saúde  
Integral de Lésbicas, Gays,  
Bissexuais, Travestis e  
Transexuais.**

## Em que contexto surge essa política?

A PNSILGBT surge em um contexto de muita luta social e política. No seu texto são mencionadas diversas organizações sociais, que tiveram um papel crucial na garantia de direitos para pessoas LGBTQIAP+. Entre elas, destaca-se o **Grupo SOMOS**, coletivo fundado em 1978 com o objetivo de promover e defender direitos sexuais e identitários, que ganha relevo ao longo do documento.



FONTE: REGISTRO DO I EBHO EM 1980.

Apesar da curta duração do grupo (1978 - 1981), **esse movimento e outros plantaram sementes que colhemos ainda hoje**, seja pelos direitos que, através de sua luta, foram vistos enquanto possibilidade, seja pela sua inspiração para mudança de perspectivas e implementação de um mundo justo e livre.



FONTE: GRUPO DIGNIDADE

A política também enfatiza a articulação de mulheres trans e travestis na luta, como a Associação das Travestis e Liberados do RJ (Astral). O movimento teve seu início em 1992, mostrando-se crucial para a luta contra a discriminação sexual e de gênero.

Foram esses e muitos outros grupos que, a partir de muita luta, concretizaram a presente Política Nacional. Foi realizada em 2007 a **13ª Conferência Nacional de Saúde** (Brasil, 2008), na qual as pautas de gênero e orientação sexual foram incluídas e pensadas enquanto determinantes sociais em saúde.

Em 2008, ocorreu a primeira Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais promovendo intensa mobilização do governo e da sociedade civil, tanto nas 27 conferências estaduais, como na etapa nacional, que reuniu mais de 600 delegados. Percebe-se então que:

A luta por direitos LGBTQIAP+ tem uma trajetória antiga. **Sempre estivemos aqui!**

A Portaria nº 2.836, publicada em dezembro de 2011, instituiu formalmente a Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa iniciativa tem como objetivo principal **enfrentar a discriminação institucional e reduzir as desigualdades** vivenciadas por esse segmento populacional. Parte-se do reconhecimento de que a orientação sexual e a identidade de gênero afetam diretamente a saúde e a qualidade de vida, o que exige ações voltadas à promoção da equidade na saúde.

Ainda assim, sem a transformação concreta das relações sociais e das estruturas que sustentam essas desigualdades, políticas como essa podem se limitar a ações pontuais, sem enfrentar de forma profunda os determinantes sociais da saúde que afetam não só a comunidade LGBTQIAPN+, mas também toda a população.



*“Os desafios na reestruturação de serviços, rotinas e procedimentos na rede do SUS serão relativamente fáceis de serem superados. Mais difícil, entretanto, será a superação do preconceito e da discriminação que requer, de cada um e do coletivo, mudanças de valores baseadas no respeito às diferenças”*  
(Brasil, 2011, p. 26).

# Repercussões e Responsabilidades

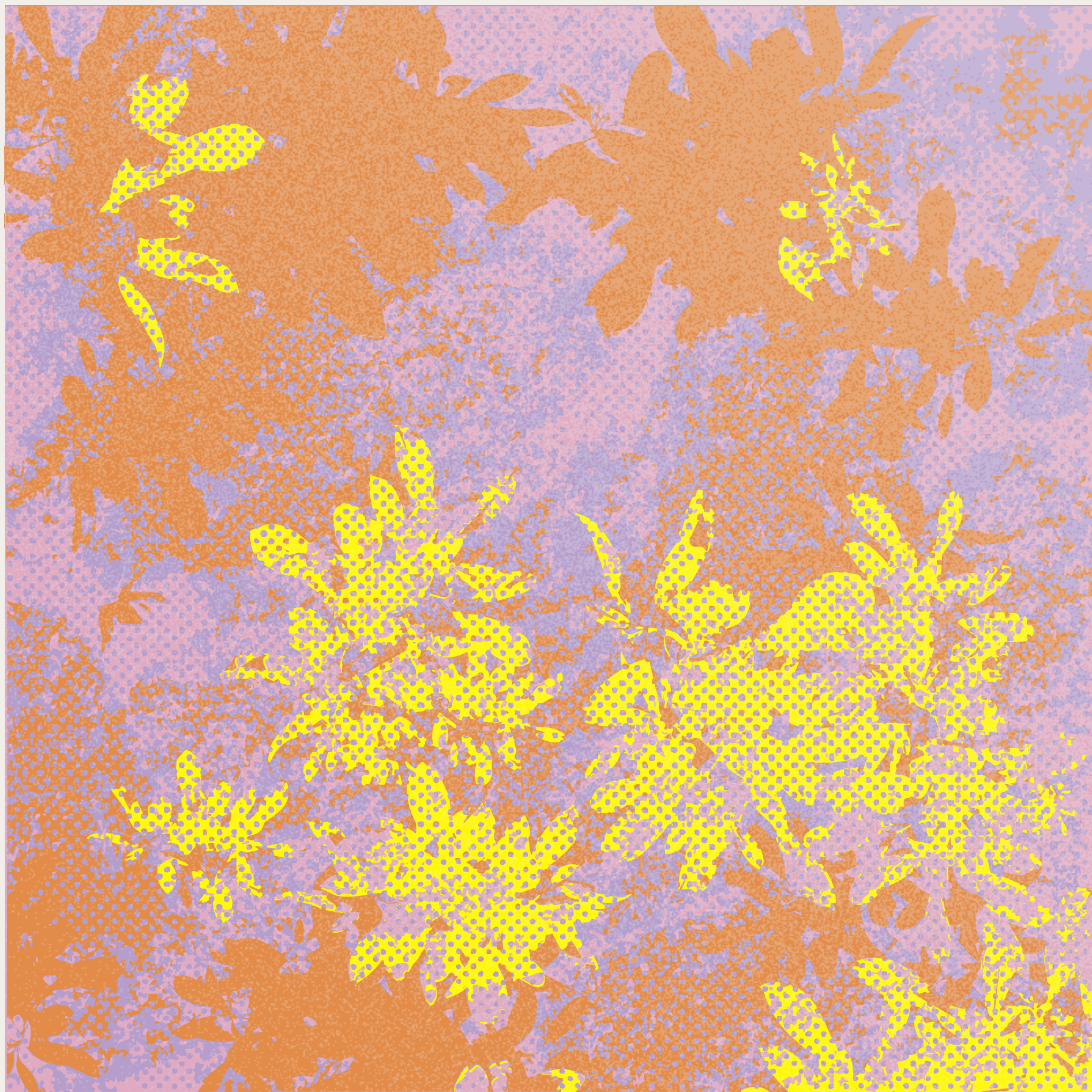
A PNSILGBT preconiza um **atendimento humanizado, livre de preconceitos** e a aplicação de ações que ampliem o acesso à saúde da população LBGTQIAP+. Além disso, a política dispõe de responsabilidades também no âmbito de gestão, garantindo o **monitoramento e avaliação adequada** para garantir o acesso pleno da população. Entretanto, assim como afirmam Costa-Val *et al.* (2022), embora alguns profissionais reconheçam a importância da temática, **existe pouco conhecimento e preparo**, refletindo em ações preconceituosas e dificultando o acesso e a efetividade do cuidado.

Ademais, **são escassos os dados que retratam a realidade LBGTQIAPN+ no Brasil**. Somente em 2022 são divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dados sobre orientação sexual e, infelizmente, limitando-se às opções heterossexual, homossexual ou bissexual. Em consonância, de acordo com Oliveira (2022), **na saúde**, os dados referentes à orientação sexual e à identidade de gênero, mesmo quando de preenchimento obrigatório, são praticamente **inexistentes, subnotificados ou preenchidos incorretamente**.

**“Nossa sociedade ainda tem muito o que avançar para tratar pessoas LGBTQIAP+ de forma menos violenta e desigual.”  
(MOIRA *et al.*, 2022, p. 9).**

A PNSILGBT é um avanço para o acesso equânime e igualitário à saúde no Brasil. Sua concretização advém da luta de muitos e muitas que projetaram um mundo onde as pessoas pudessem viver longe de preconceitos violentos e excludentes. **É engano acreditar que esses preconceitos atingem somente a comunidade LGBTQIAPN+.** Eles impactam a todos, sendo barreira trivial para o bem-estar coletivo.

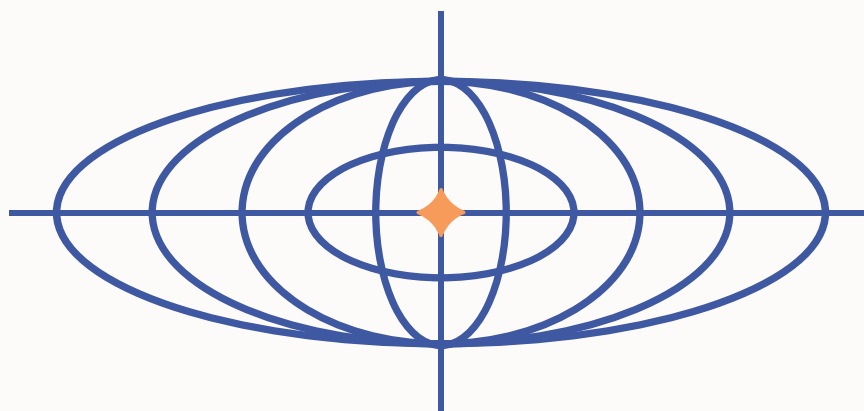
Apesar da PNSILGBT ser um marco de extrema importância para saúde pública do Brasil, ainda assim é possível notar gargalos ao acesso à saúde de pessoas LGBTQIAPN+. É necessário pensar, então, em ações e melhorias para que todos, todas e todes possam utilizar plenamente os serviços de saúde.



# Saúde Interseccional

# Você considera Identidades LGBTQIAPN+ ao pensar em saúde?

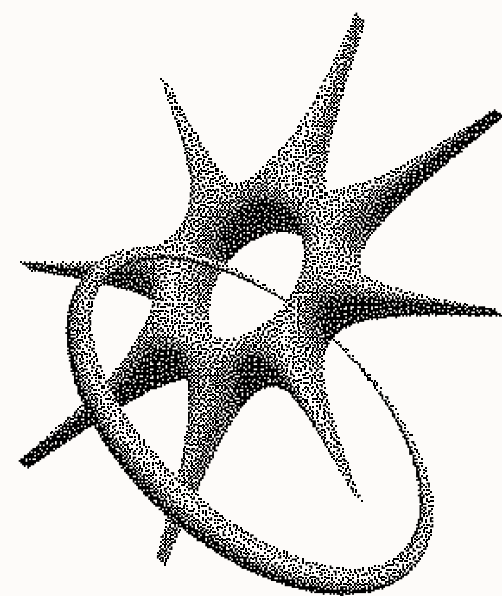
Determinantes sociais e econômicos participam ativamente dos processos de saúde, seja pela possibilidade de um indivíduo acessá-la ou pela continuação de um possível tratamento. Tais preceitos estão versados na lei que regula o Sistema Único de Saúde (SUS), Lei nº 8.080/1990, que define **saúde em um sentido ampliado**, incluindo fatores que vão além de uma perspectiva biologizante (Brasil, 1990).



Desse modo, questiona-se: **como os marcadores sociais estão sendo considerados ao pensar e realizar saúde?** Existe uma perspectiva que considera questões estruturais de violência nos atendimentos de saúde? Quais são as pessoas que se beneficiam disso e quais são as pessoas que são empurradas à resistência de uma saúde individualizante e excludente? Questionamentos como esses devem constantemente guiar a formulação de políticas de saúde, além de estarem em evidência nos nossos atendimentos enquanto profissionais.

# Identidades plurais e Atendimentos em Saúde

Assim, pergunto a você profissional de saúde: Você já se perguntou se os desafios que enfrenta no seu cotidiano de trabalho podem estar relacionados às violências sociais e estruturais de gênero, sexualidade, classe e raça?



Retornando para as temáticas da presente cartilha, trago aqui o estudo de Miskolci *et al.* (2025) que encontra como um dos resultados de entrevistas com profissionais de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em São Paulo a **negligência e o desinteresse por parte dos profissionais** sobre a temática de saúde LGBTQUIAPN+. Em contrapartida, o estudo de Cardoso e Shimizu (2024) evidencia que mulheres lésbicas e homens trans vivenciam formas específicas de violência obstétrica que se entrelaçam com outras opressões estruturais, como o sexismo, a lesbofobia e a transfobia. Além disso, a pesquisa de Pinheiro *et al.* (2024) demonstra também que mulheres trans e travestis enfrentam diversas barreiras para acessar os serviços de saúde.

## Alinhando a Prática à Realidade Plural

Tendo em consideração os estudos mencionados anteriormente, pergunto-me novamente: **os fatores de gênero, sexualidade e suas outras relações estão sendo considerados por você, profissional de saúde?** Apesar da constante luta pelo avanço tido a partir da inclusão das pautas LGBTQIAPN+ no contexto da saúde, ainda é possível, infelizmente, observar barreiras que implicam diretamente no bem-estar da população e na reprodução e ampliação de violências (Ferreira; Nascimento, 2022; Costa; Hennington, 2023). Vejo aqui o princípio de equidade, um princípio de mais vanguarda preconizados pelo SUS, sendo atacado e desmotivado pela saúde pública.

Dessa forma, apesar de não termos muitos dados (diria que quase nenhum, sobre o estado e as relações de saúde da população LGBTQIAPN+), é necessário **um olhar atento para que a saúde seja, de fato, equânime para todos grupos.**



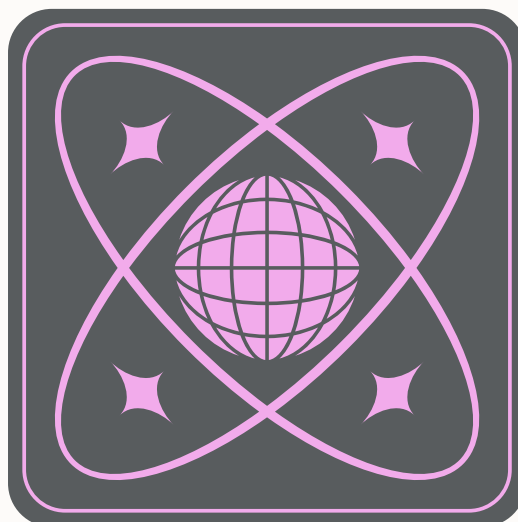
## O que é interseccionalidade?

Irei introduzir aqui um conceito no qual me baseio ao realizar e pensar em saúde, especialmente saúde pública. A ideia de interseccionalidade, refletida e aprofundada por Patricia Hill Collins (2021), é um caminho conceitual que **podemos e devemos tomar** ao construir políticas públicas e ao agir no campo da saúde.

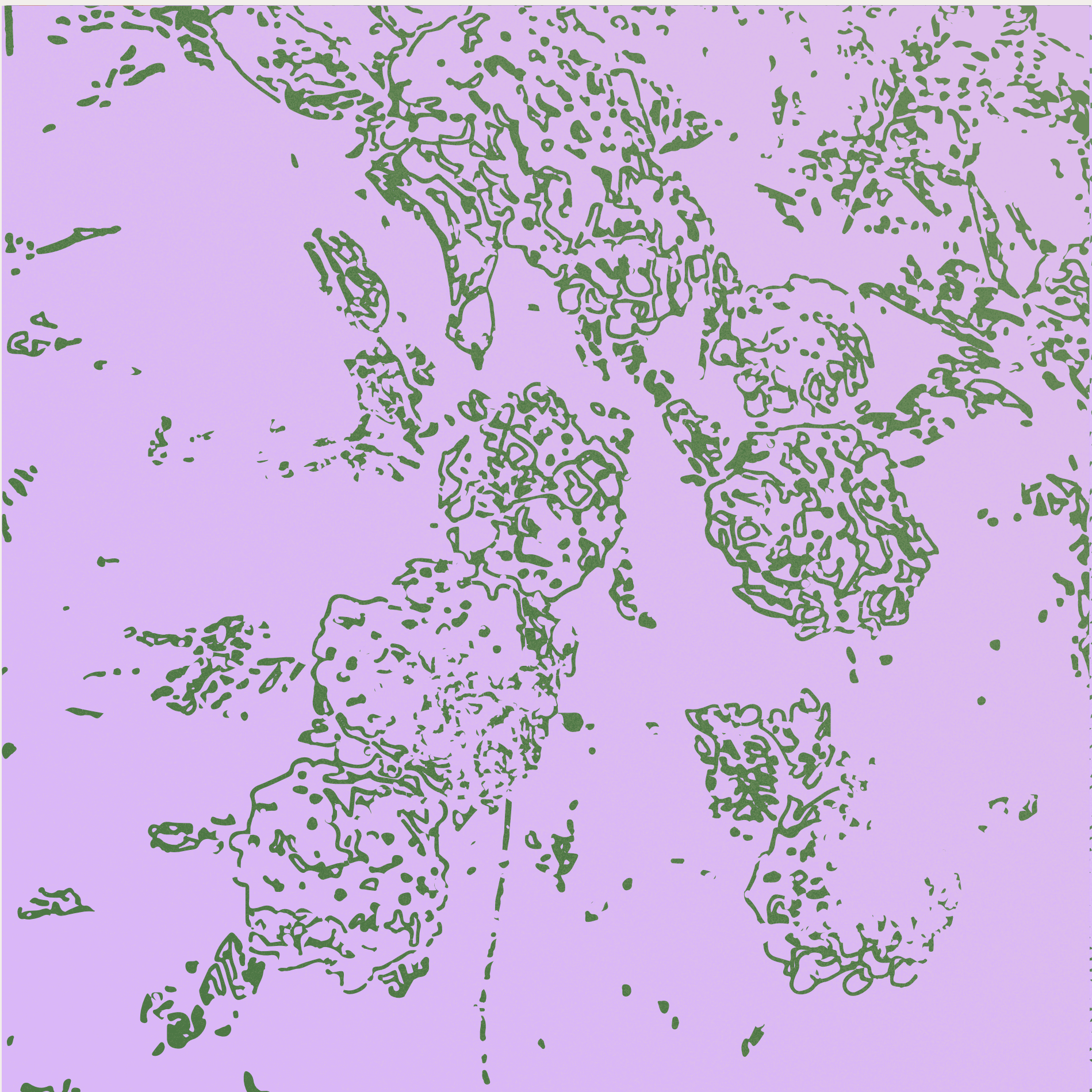
A interseccionalidade diz a respeito à interação dos marcadores sociais na construção da nossa posição enquanto sujeitos, ou seja, **a como as questões de raça, gênero, sexualidade, cultura, entre outras, se cruzam entre si e nos colocam em posições únicas de opressão e resistência.** Logo, sob essa perspectiva, não existe a fragmentação de sujeitos em partes. Reconhece-se, então, que é justamente a partir da **interação** que é possível entender verdadeiramente a desigualdade social. Pensando, por exemplo, em um contexto de saúde, deveriam ser consideradas questões de raça, gênero, sexualidade e suas interações no levantamento de indicadores de saúde. Questões como essas estão diretamente relacionadas à saúde e melhorar os processos de saúde é justamente pensar nessa complexidade.

# Construindo Novos Olhares em Saúde

Desse modo, quando um usuário entra no consultório, pode ser interessante questionar-se como as questões de sexualidade, gênero, raça e outros marcadores sociais podem estar participando do seu processo de saúde. É necessário **deixar de assumir automaticamente que as pessoas que convivem com você são cisgênero e heterossexuais.**



**A depender da posição de sexualidade (hétero ou bissexual, por exemplo) as demandas de saúde podem ser outras,** as questões colocadas em destaque e as invisibilizadas podem ser diferentes. Se torna necessário, então, a coleta desses fatores para se pensar na construção de políticas pois, se não temos dados sobre ou se o seu preenchimento está sendo incorreto, não podemos, de fato, indicar as necessidades de saúde e materializar uma sociedade em que todos, todas e todes estejam desfrutando de um estado de bem-estar.



# Boas práticas em saúde



## O que não dizer sobre a sexualidade

Infelizmente existem muitas frases violentas que são comumente escutadas por pessoas LGBTQIAPN+, seja na família, seja no cotidiano do trabalho ou **até mesmo em uma consulta de saúde**. A exemplo, tem-se as seguintes falas:

"Isso é só uma fase."

"Você ainda não conheceu a pessoa certa."

"Você é gay porque não teve um homem/mulher de verdade."

"Cuidado, fulano é gay, vai dar em cima de você."

"Tá parecendo viado."

"Não precisa falar disso, sua vida é privada."

"Não tem por que ter orgulho, todo mundo é igual."

"Essas coisas não precisam ser mostradas."

"Pansexual? Isso nem existe. Então você gosta até de objetos?"

"Bi é só gay que não se assume."

"Bissexual é promíscuo."

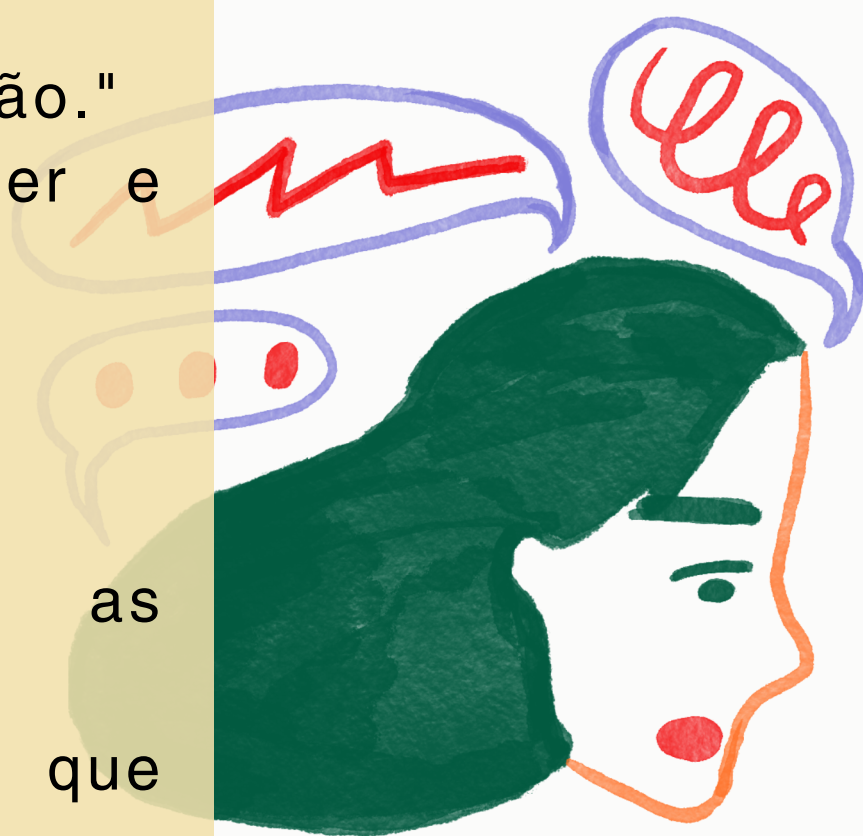
"Se está com homem/mulher, então não é bi de verdade."

Fique atento: **essas falas além de homofóbicas podem ser gatilhos**. Esteja vigilante e intervenha quando perceber um colega reproduzindo esse tipo de discurso.

## O que não dizer sobre o gênero

Às vezes, no consultório, surgem falas sobre identidade de gênero que, mesmo sem essa intenção, podem ser violentas e afastam pessoas dissidentes de gênero dos espaços de saúde. Por exemplo:

"Isso é homem ou mulher?"  
"Qual é o seu nome de verdade?"  
"Você não parece trans."  
"Trans é só uma fase/confusão."  
"Você nasceu homem/mulher e pronto."  
"Nunca vai ser de verdade."  
"Mas e aí, já fez a cirurgia?"  
"Isso é coisa da cabeça."  
"Você quer confundir as pessoas."  
"Se nasceu assim, tem que morrer assim."  
"ah, mas você é menino (ou menina), não pode fazer isso!"



Fique atento: **não existe uma forma correta de viver o gênero.** A identidade é uma construção social e subjetiva, sempre em movimento, moldada pelas experiências, relações e contextos de cada pessoa. 34

# Não sei como abordar no contexto clínico, como faço?

Às vezes, pode ser desafiador abordar questões relacionadas a gênero e orientação sexual no contexto da saúde. **Essa dificuldade pode surgir tanto pelo receio de causar constrangimento quanto pelo desconhecimento sobre essas temáticas.** Afinal, como perguntar sobre algo que eu mesmo ainda não compreendo plenamente? E, mais ainda: como indagar sobre a orientação de alguém sem gerar desconforto ou sensação de julgamento?

Apresentarei **dicas** para abordar o tema de forma leve e acolhedora para todos os envolvidos:

1. Aproprie-se de questões de gênero e orientação sexual, isso pode ser ainda mais importante se a pessoa sobre quem você pergunta também não conhece os termos
2. Certifique-se de que a pessoa entende o propósito da pergunta e como será utilizada sua resposta
3. Cite que o espaço é seguro e livre de julgamentos
4. Explique a importância dessa coleta de forma correta para o campo de política públicas e do cuidado integral.



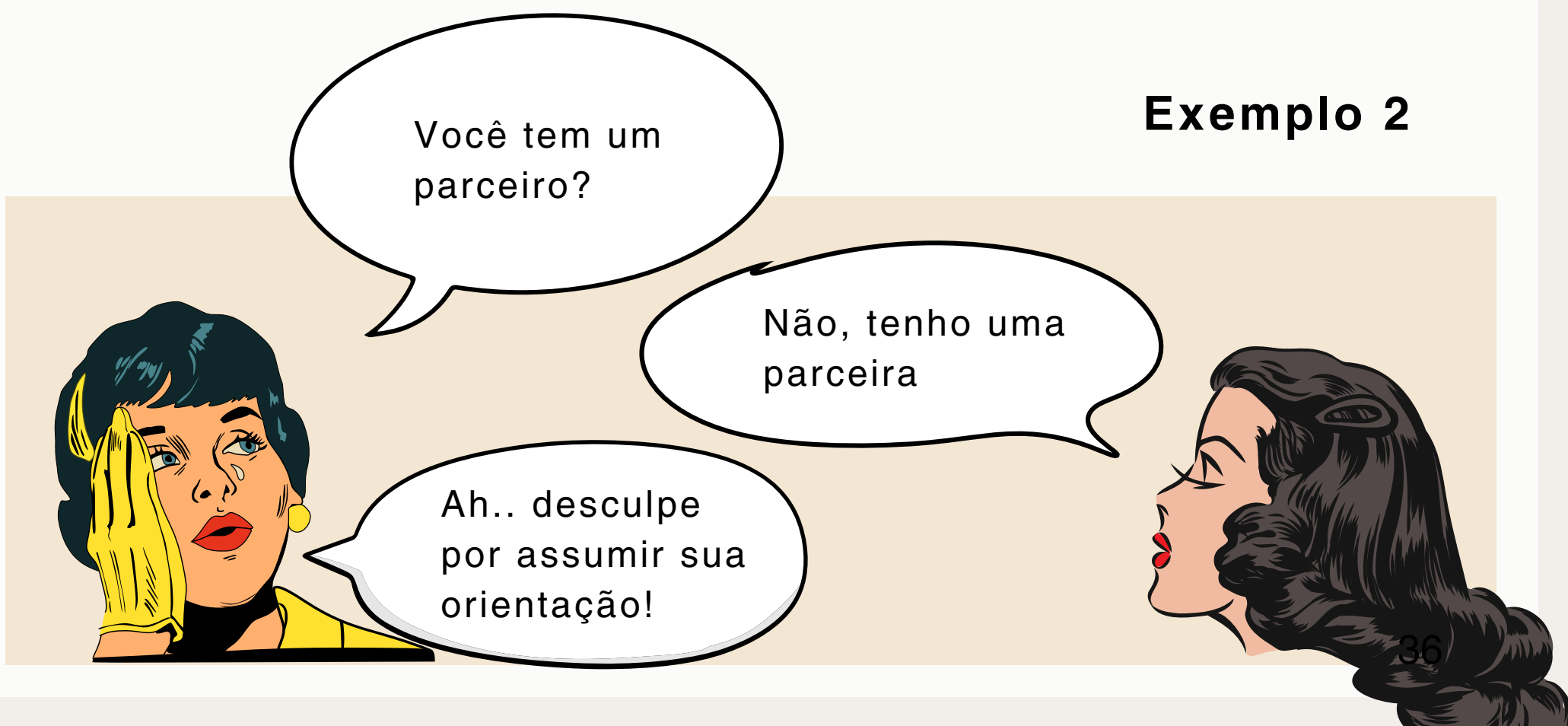
# Exemplos na Prática do Atendimento em Saúde

Esse é um dos exemplos que pode acontecer no contexto de saúde. Fique atento e **não assuma o gênero e sexualidade, espere a pessoa se declarar!**

## Exemplo 1

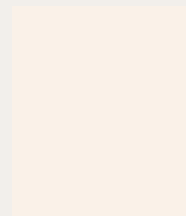


## Exemplo 2





# Indicações



## Se atualizando com cursos:

Todos os cursos mencionados podem ser realizados de forma **remota e possuem emissão de certificado** (ao clicar no título você será direcionado para o curso).



Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Edição 2025. Curso EaD, 30 h. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Instituto Federal do Rio Grande do Sul; Secretaria de Estado da Saúde do RS; Universidade Federal do Paraná; Ministério da Saúde, 2025



Violência por parceiro íntimo e perspectiva relacional de gênero. Curso EaD, 30 h. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Rede UNA-SUS, 2024



Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Curso aberto EaD, 30 h. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2024–2025 (disponível via Escola Virtual Gov)

# Se atualizando com cursos:



Políticas de Equidade em Saúde e o Enfrentamento das Violências. Curso EaD, 30 h. UFRGS, 2020



Desconstruindo o racismo na prática – UNIAFRO/UFRGS: conceitos básicos, direito à reparação, ambiência racial e protagonismo histórico de mulheres negras. Curso EaD, 30 h. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Notificação de violências: conceitos e aplicação. Curso EaD, 30 h. UFRGS (curso id=98 ou id=103 no Lumina)

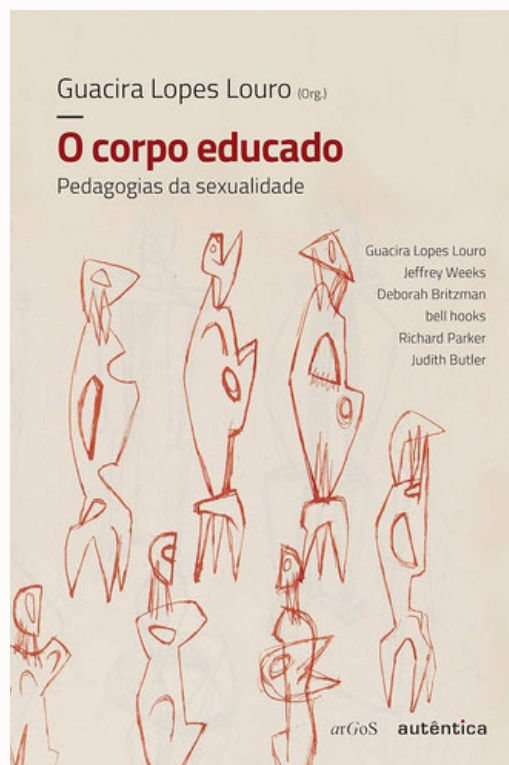
A liberdade é  
uma luta  
constante e o  
estudo é parte  
dela.

# Literatura:

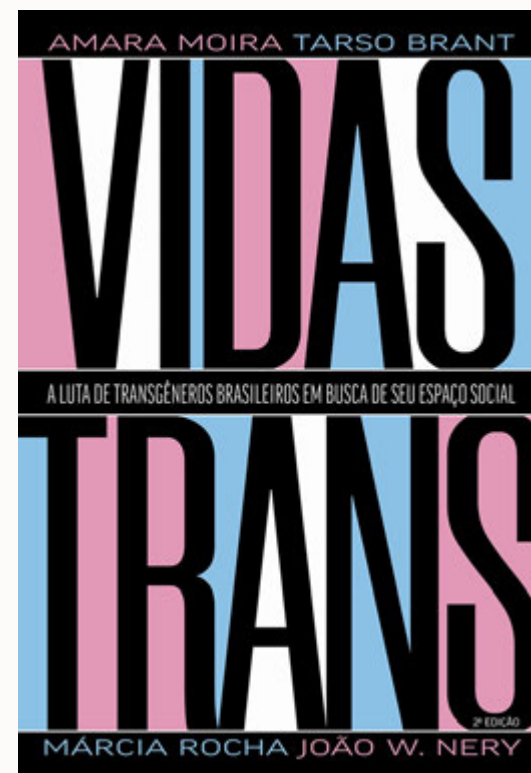
Livros que podem ajudar a você entender mais sobre sexualidade, gênero, raça e também sobre a história LGBTQIAPN+:



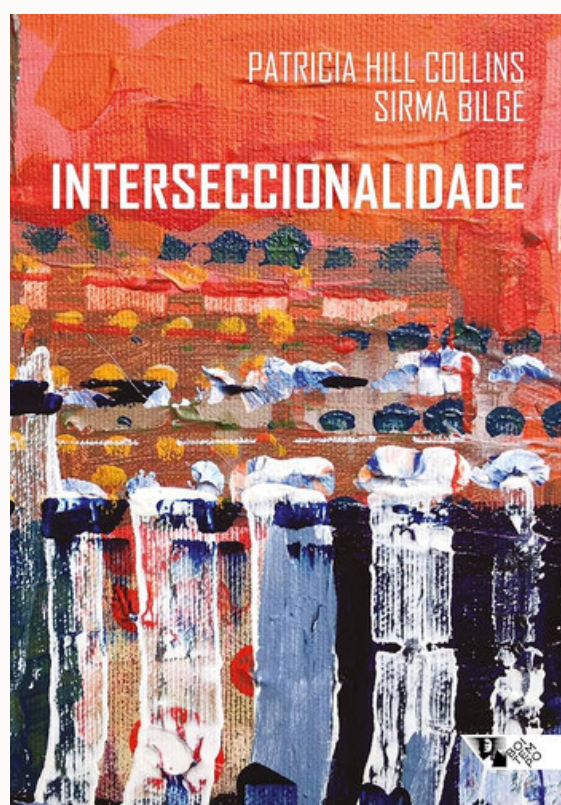
Devassos no paraíso (Trevisan, 2018).



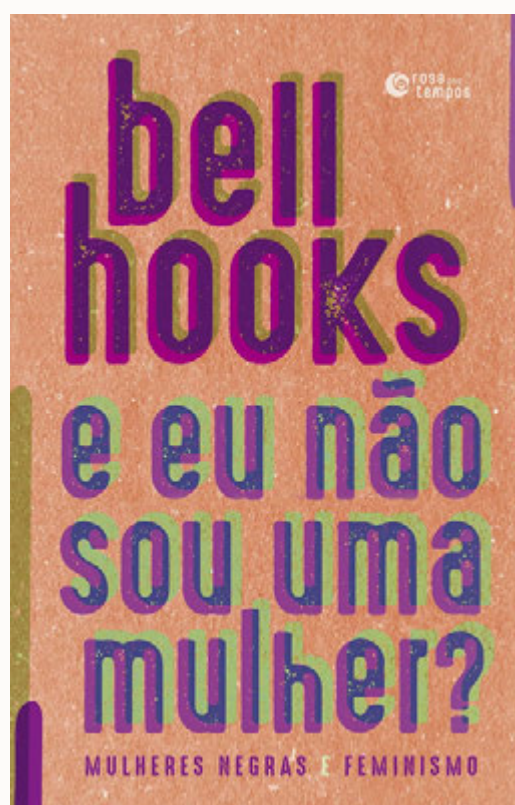
O corpo educado (Louro, 2018).



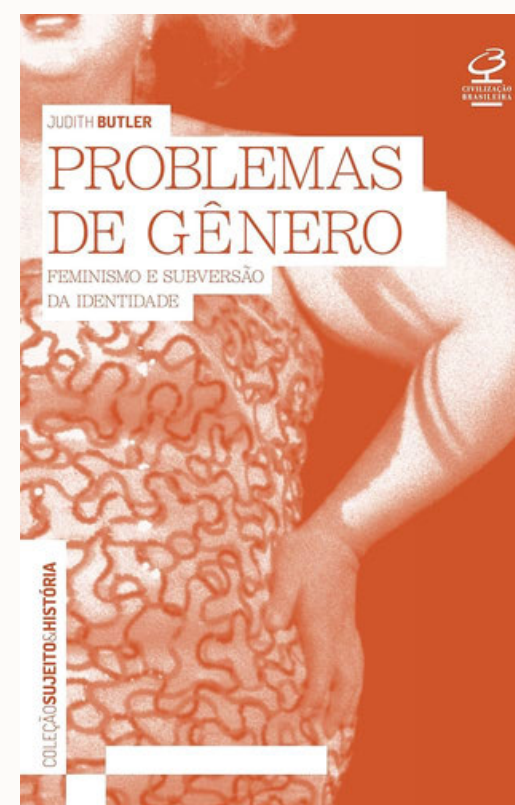
Vidas trans (Moira et al., 2022).



Interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021).



E eu não sou uma mulher? (Hooks, 2019).



Problemas de gênero (Butler, 2018).

## Séries e Filmes:

Aqui estão algumas séries e filmes recomendados para quem deseja conhecer **melhor as histórias, desafios e diversidade da comunidade LGBTQIAPN+**, importantes para ampliar a compreensão e o respeito.



### Educação Sexual

Série britânica centrada em Otis, um adolescente que cria uma clínica de terapia sexual na sua escola. A trama aborda sexualidade e identidade de forma leve.

Disponível em: Netflix.

### A Vida Sexual das Universitárias

Série norte-americana de comédia dramática que acompanha quatro calouras de 18 anos, mostrando suas descobertas amorosas e de identidade.

Disponível em: HBO Max (canal via Amazon e app)





## Monster

O filme conta a história de uma mãe que nota comportamentos estranhos no filho, revelando camadas de um mistério sobre bullying e falhas institucionais.

Disponível em: MUBI, Apple TV e Prime Video

## Retrato de uma Jovem em Chamas

Ambientado no século XVIII, o filme acompanha Marianne, uma pintora contratada para pintar em segredo o retrato de Héloïse. Entre elas, surge uma história silenciosa de amor.

Disponível em: HBO Max e Prime Video

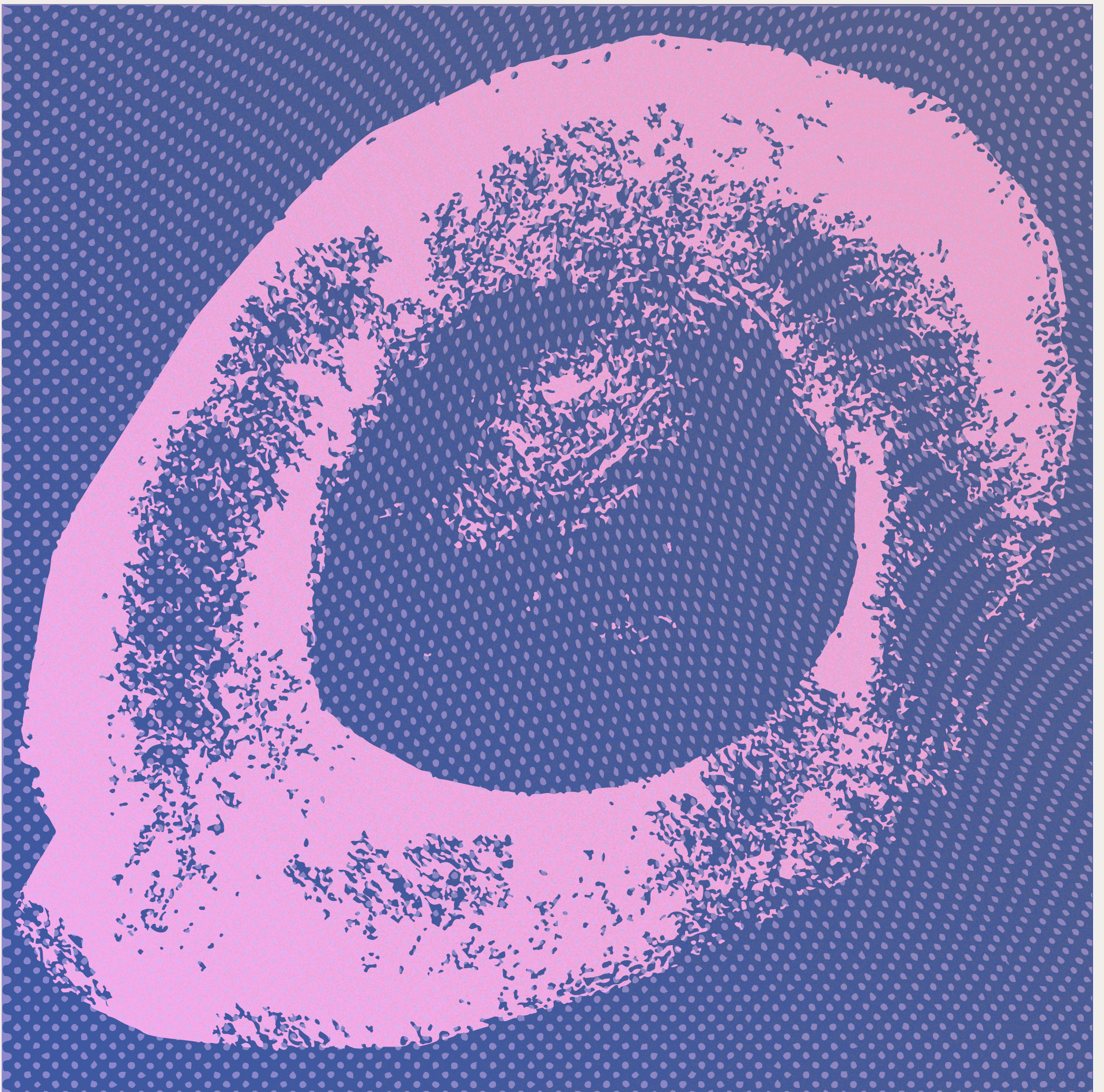


## De Gravata e Unha Vermelha

Documentário brasileiro, que reúne depoimentos de figuras icônicas como Ney Matogrosso e Laerte, explorando temas como expressão e identidade de gênero

Disponível em: Youtube e Prime Video





**Considerações**

**Finais**

# Sistema Único de Saúde como um caminho para a equidade

Espero que esta cartilha possa criar novos caminhos em saúde ou até mesmo reforçar trajetos já traçados por alguns. A saúde deve sempre deixar em evidência as relações sociais e políticas que perpassam nossos territórios. Entendendo nossas semelhanças e diferenças, podemos nos potencializar para criação de serviços de saúde complexos e que chegam a toda população. **Corpos LGBTQIAPN+ estão na saúde, como usuários e como profissionais** e, em ambos os casos, o preconceito se mostra presente. É necessária a criação de ambientes em que todos sujeitos possam usufruir do bem-estar, que exista um cuidado que leve em consideração as questões de gênero, sexualidade e sua interação com outros marcadores sociais e que possamos contar com nossos dados para refletir de fato a realidade daqueles que são empurrados à margem da sociedade. Fico disponível para coletivizar junto a outros que estão em resistência para uma saúde livre de preconceitos.



Alice Salgado Oliveira  
Psicóloga (CRP-01/29133)  
alicesalgado.psi@gmail.com

# Referências

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Tradução de Maria Helena Franco. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [arquivo local]. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **13ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: [https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/relatorio\\_final\\_13.pdf](https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/relatorio_final_13.pdf). Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF decide que é inconstitucional restringir doação de sangue por homossexuais**. Brasília, DF: STF, 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443672>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BUENO, N. S. et al. **Os desafios no acesso à saúde da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil: uma revisão integrativa**. Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 4, p. 8524-8538, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n4-104>.

CARDOSO, P. F. G.; SHIMIZU, M. A. **Violência obstétrica e LGBTQIA+fobia: o entrelaçamento de opressões e violações**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, e20072023, abr. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/S97fkty4NjCdTnmGDMqWpwQ/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2025.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Cristiano Ramos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, L. F. da; HENNINGTON, É. A. **Implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município de Resende, Rio de Janeiro**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 47, n. especial 1, e9136, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E19136P>. Acesso em: 28 jul. 2025.

COSTA-VAL, A. et al. **O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 32, n. 2, p. e320207, 2022.

FERREIRA, B. de O.; NASCIMENTO, M. **A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 10, e200642022, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06422022>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020. ISBN 9788577534500.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

LOBATO, A. L. **Saúde e sexualidade de adolescentes: construindo equidade no SUS.** Belém: EDUFPA, 2017.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MISKOLCI, R. et al. O que uma UBS pode oferecer às pessoas LGBTI+? Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 4, e19072023, 2025.

MOIRA, A.; NERY, J. W.; ROCHA, M.; BRANT, T. (org.). **Vidas trans: a coragem de existir.** São Paulo: Astral Cultural, 2017.

OLIVEIRA, D. C. de. **Informação em saúde e população LGBTQIA+: desafios e possibilidades.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 31, n. 1, e2022020, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/JJdj3rLfJMXpnLtNkNkMT5q/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-11. 2019.** Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/pt>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PINHEIRO, T. F. et al. **Dificuldades e avanços no acesso e no uso de serviços de saúde por mulheres trans e travestis no Brasil.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 27, supl. 1, e240007.supl.1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720240007.supl.1>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SILVA, L. V. C.; SOUSA, S. R. L.; FEIJÓO, A. M. L. **Maternidade:** instinto ou construção social? Uma análise fenomenológica hermenêutica. Revista NUFEN, Belém, v. 14, n. 3, p. 155-172, 2022.

SOUSA, D.; IRIART, J. **“Viver dignamente”:** necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, e00036318, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00036318>.

VIEIRA, A.; COSTA, A. G.; PIRES, B. G.; CORTEZ, M. **Intersexualidade:** desafios de gênero. Periódicus, Salvador, v. 1, n. 16, p. 1-20, set./dez. 2021. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/artic le/view/41254>. Acesso em: 2 ago. 2025.



**UNITAU**  
Universidade de Taubaté

ISBN: 978-85-9561-219-8

**BR**



9 788595 612198